

ECOEFICIÊNCIA: UM INSTRUMENTO PARA A REDUÇÃO DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS E DESPERDÍCIOS NAS MATERNIDADES

Danielle Lima de Aquino

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
daniellelaquino@hotmail.com

José Otávio Aguiar

Universidade Federal de Campina Grande
j.otavio.a@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Os resíduos fazem parte da própria história humana, porém, foi a partir da segunda metade do século XX, com novos padrões de consumo da sociedade industrial, que este problema vem crescendo, em ritmo superior à capacidade de absorção pela Natureza. O avanço industrial e tecnológico possibilitou enormes conquistas no campo das ciências, além de ocasionar o aumento da diversidade de produtos com componentes e materiais de difícil degradação e maior toxicidade (BRASIL, 2006).

Desde este mesmo período esta abordagem industrial e tecnicista também vem sendo aplicada à atenção ao parto. O que contribuiu para o desenvolvimento dos hospitais como locais privilegiados para a provisão de serviços de assistência maternidade. Estes estabelecimentos vêm conseguindo centralizar equipamentos sofisticados e caros, e técnicos habilitados a utilizá-los, além de médicos, cada vez mais especializados e subespecializados. , E chegamos ao final do século passado com mais de 90% dos partos realizados em hospitais.

Sabe-se que o principal objetivo dos estabelecimentos de saúde que prestam assistência maternidade é ofertar atendimento de qualidade as parturientes, mas em contrapartida, vem atrelado ao uso indevido e muitas vezes desnecessário de equipamentos e/ou materiais. Durante esse processo de atendimento, água e energia são constantemente exigidas, e diferentes materiais são utilizados, gerando efluentes líquidos que precisarão ser tratados e uma grande variedade de resíduos sólidos que necessitarão de um gerenciamento adequado, pois se constituem em fontes importantes de contaminação para o Ambiente e para a população intra e extra-unidade. Dessa forma, estes estabelecimentos de saúde acabam gerando aumento da degradação do

Ambiente, com conseqüente diminuição da quantidade de recursos naturais, contribuindo para uma sobrevivência difícil para as próximas gerações, além da inviabilidade econômica.

Para tanto se torna necessário uma atenção maior no que se refere à implantação do gerenciamento adequado dos resíduos dos serviços de saúde, pois o enfoque dado à disposição final ainda continua sendo a opção mais frequente. Limitando-se apenas à reciclagem, tratamento ou destinação final adequada desses resíduos. É preciso implantar também, cada vez mais, o conceito da não-geração e redução da geração de resíduos na sua origem, não só porque eles identificam perdas e desperdícios, mas também pela redução de custos, demandas legais, conscientização da população, prevenção de agravos a saúde e preservação ambiental.

Baseado nesta perspectiva o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), a Rede Brasileira de Produção mais Limpa (RBPL) promove o desenvolvimento sustentável e dedica-se a difundir a metodologia de *Produção mais Limpa* (PmaisL) e o conceito de ecoeficiência. Defendendo como princípios que, o gerenciamento dos resíduos deveria privilegiar, em ordem de prioridade, a não-geração, a redução da geração, a reciclagem, e finalmente o tratamento ou disposição final. Nesse sentido, a identificação das fontes geradoras é uma etapa de extrema importância quando o enfoque é a não-geração ou a redução da geração. (ANVISA – RDC n. 306/2004; CONAMA n. 358/2005).

Para tanto a conscientização de toda a população é urgente, uma vez que a diminuição da geração de resíduos ou a não-geração, ajuda a diminuir o impacto ambiental ocasionado pelos mesmos, além de preservar os recursos naturais já tão escassos no Ambiente. Com estas simples atitudes, os benefícios poderão ser vistos a curto e a longo prazo.

ECOEFIÊNCIA NAS MATERNIDADES COMO INSTRUMENTO PARA A REDUÇÃO DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS E DESPERDÍCIOS

As pesquisas sobre Ambiente tiveram origem dos âmbitos científico e social, sendo as maiores preocupações, bastante recentes. Quanto às origens científicas, mais antigas, surgiram a partir da tentativa de compreensão da Natureza, do meio natural,

com o estudo de seus componentes, de onde surgiram várias disciplinas científicas, de onde talvez, tudo tenha de ser repensado. A origem social da problemática do Ambiente, data dos anos 1960, quando da conscientização de vários problemas ocasionados a partir do desenvolvimento: poluições, deterioração dos ambientes naturais, urbanização acelerada, entre outros (VIEIRA, 2002).

No início dos anos 1970, alguns recursos naturais, antes abundantes, tornaram-se escassos em varias regiões do mundo, inclusive no Brasil (SANCHEZ, 2006). Estes danos e impactos ambientais provocaram uma verdadeira apreensão mundial. A partir desta ocorrência, foi constatado que tais problemas não possuíam fronteiras, e que as práticas ecológicas deveriam ser uma preocupação internacional. Chegavam-se então, à conclusão que o tão exaltado desenvolvimento tinha claros limites (BURITI E AGUIAR, 2008).

Desde este período, e contribuindo para estes danos, o modelo de atenção ao parto denominado tecnocrático vem sendo adotado no mundo ocidental, sobretudo nas Américas, e caracteriza-se por: institucionalização do parto, utilização acrítica de novas tecnologias, incorporação de grande número de intervenções (muitas vezes desnecessárias). Uma consequência dessa concepção são as altas taxas de cesarianas, monitoramento fetal, episiotomias, (Woolf, Goodchild, 2006; Robbie Davis-Floyd, 1998) uso irracional de recursos naturais, com um consequente aumento na geração de resíduos e desperdícios nos hospitais maternidades.

De acordo com Sachs (2007), o nosso domínio da ciência e da tecnologia continua bastante imperfeito. O poder destruidor das tecnologias, cujo uso permanece subordinado à busca de projetos financeiros e econômicos de curto prazo, manifestou-se, por outro lado, pela degradação do meio ambiente.

Neste sentido, é preciso criar o quanto antes as condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem não apenas o rápido progresso tecnológico poupador de recursos naturais como também uma mudança em direção a padrões de consumo que não impliquem o crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais (ROMEIRO, 2010).

O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde é um conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de minimizar a produção e proporcionar

aos resíduos gerados um encaminhamento seguro e de forma eficiente, visando à proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do ambiente (ANVISA – RDC n. 306/2004).

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), coordena a Rede Brasileira de Produção mais Limpa (RBPL) que promove o desenvolvimento sustentável e dedica-se a difundir o conceito de ecoeficiência. A metodologia de *Produção mais Limpa* (PmaisL) é a aplicação contínua de uma estratégia técnica, econômica e ambiental, integrada aos processos, produtos e serviços, a fim de aumentar a eficiência no uso de matérias-primas, água e energia, mediante a não-geração, minimização ou reciclagem de resíduos e emissões gerados em um processo produtivo, trazendo benefícios econômicos, ambientais e de saúde ocupacional (CEBDS,2003).

Em um programa de ecoeficiência o processo de produção é permanentemente monitorado e são identificadas todas as fontes de uso de água, energia e materiais, em que poderão estar ou não ocorrendo desperdícios ocultos, com conseqüente aumento no gasto de água e energia e incremento na geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e emissões atmosféricas. Esses desperdícios estão relacionados a fatores como problemas operacionais, qualidade de materiais e à falta de procedimentos e de treinamento adequado das equipes (SISINNO, 2004).

Durante a implantação de um programa de ecoeficiência, muitas das medidas sugeridas não requerem altos investimentos ou grandes modificações no processo, pois segundo o CEBDS, 42,0% das medidas adotadas e implementadas nos programas, no Brasil, foram consideradas medidas simples e de baixo custo (SISINNO, 2004).

A Ecoeficiência preconiza a valorização do fator humano e destaca a importância de formar profissionais com uma visão mais ampla sobre as questões ambientais da atualidade, despertando seu interesse e estimulando sua participação nos programas de qualidade ambiental das unidades de saúde. Além das questões ambientais, o conhecimento sobre os custos associados ao uso de materiais e insumos e ao seu tratamento após uso pode despertar uma maior conscientização, diminuindo o seu uso inadequado ou descontrolado (SISINNO, 2005).

Neste sentido, enfatiza-se a necessidade de não apenas buscar uma melhor eficiência na utilização dos recursos naturais reduzindo drasticamente e/ou eliminando a

poluição, como também a necessidade de estabilizar os níveis de consumo de recursos naturais per capita dentro dos limites da capacidade de suporte do planeta (ROMEIRO, 2010).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, V. **Manual de historia oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 306 de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União 2004; 10 dez.

_____. CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE. Resolução n. 358 de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União 2005; 4 mai.

_____. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde**. Brasília: 2006.

BURITI, C.O., AGUIAR, J.O.. Gestão dos usos e a apropriação cultural dos recursos hídricos através dos tempos: uma história ambiental da escassez de água no semi-árido nordestino. In: AGUIAR, J.O.; AGRA, J.T.N.. (Org.). **Água, Solo e Educação Ambiental: história e memória, planejamento e gestão**. 1 ed. Campina Grande/ PB: ADUFCG- Ed. da UFCG, 2008, v.1,p.19-32.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Rede de produção mais limpa: relatório de atividades (1999-2002)**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; 2003.

DAVIS-FLOYD, R.; ST. JOHN, G. **From doctor to healer: the transformative journey.** New Jersey: Rutgers University Press, 1998.

ROMEIRO, A. R. Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: MAY, P. H. **Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2010.

SACHS, I. Em busca de novas estratégias de desenvolvimento. In: SACHS, I. **Rumo à Ecosocioeconomia.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANCHEZ, L.E. **Avaliação de Impacto Ambiental.** São Paulo. Oficina de Textos, 2006. 495p.

SISINNO, C.L.S, BARROS R.L.P. **Ecoeficiência em laboratórios e estabelecimentos de saúde.** **Bionotícias** 2004; 66:8-9. Disponível em: <<http://portal.crbio-02.gov.br/Informativo/Abr04.pdf>>. Acesso em: 15/10/2011.

_____. Ecoeficiência hospitalar: um instrumento para o controle de desperdícios. **Revista Hospitais Brasil** 2004; 6:76. Disponível em: <http://www.cyclos.com.br/eco_hospitalar.pdf>. Acesso em: 15/10/2011.

_____. Ecoeficiência: um instrumento para a redução da geração de resíduos e desperdícios em estabelecimentos de saúde. **Cad. Saúde Pública.** 2005, vol.21, n.6, p. 1893-1900. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n6/29.pdf>>. Acesso em: 15/10/2011.

VIEIRA, E.M. O desenvolvimento da tecnologia. In: **A medicalização do corpo feminino.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 25.

WOOLF, M.; GOODCHILD, S. Childbirth revolution: mummy state - more women should have babies at home, not in hospital, says Health Secretary. **The Independent,** London, 14 maio 2006.

**II SEMINÁRIO NACIONAL FONTES DOCUMENTAIS E
PESQUISA HISTÓRICA: SOCIEDADE E CULTURA
DE 07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2011**

ISSN: 2176-4514